



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE LONDRINA

Relatório da Leitura Comunitária



2008

COORDENAÇÃO GERAL

Gilson Jacob Bergoc - Arquiteto Urbanista

COORDENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

<u>Nome</u>	<u>Formação</u>
Neiva Bertier de Almeida(Coordenadora)	Historiadora
Geraldo Leão de Carvalho	Ensino Médio
José Aparecido da Silva	Ensino Médio
Maria Eugênia de Almeida Pinto	Socióloga
Rafael Augusto Silva	Estudante de Ciências Sociais

EQUIPE TÉCNICA

<u>Nome</u>	<u>Formação</u>	<u>Órgão</u>
Alice Aparecida e Silva	Geógrafa	SEMA
Angela de Souza Bento	Geógrafa	COHAB-LD
Arlete Medeiros	Ensino Médio	IPPUL
Celina Hiromi Tamaki Ota	Arquiteta Urbanista	SMOP
Claudia Stela Monteiro Rodrigues	Designer	IPPUL
Danilo Rafael de Castro	Estudante de Arquitetura	NPP
Elisabeth Aparecida Alves	Geógrafa	IPPUL
Gerusa Alves	Advogada	SEMA
Gilson Jacob Bergoc	Arquiteto Urbanista	IPPUL
Guilherme Casanova Junior	Eng° Agrônomo	SMAA
Henrique Ayres Dias	Eng° Civil	SMOP
João Batista M. Souza	Técnico de Canoagem	SEMA
Joaquim de Abreu Júnior	Ensino Médio	NPP
Luiz Figueira de Mello	Eng° Agrônomo	IPPUL
Patrícia Campana de Castro Favaro	Pedagoga	IPPUL
Pedro José Maria	Sociólogo	NPP
Romeu José Vicente de Oliveira	Téc. Contabilidade/Direito (incompleto)	NPP
Wagner Fernandes Lemes Trindade	Administrador de Empresas	IPPUL

ESTAGIÁRIOS:

<u>Nome</u>	<u>Curso</u>
Alfredo Zache Accorsi	Sistema de Informação
Ana Carolina Mamedi Nielsen da Silva	Marketing e Propaganda
Bruno Cesar Leite	Geografia
Bruno Salviano Silveira	Geografia
Fernanda Lopes Zunto	Direito
Gabriel Vitorelli de Oliveira	Geografia
Henrique Lopes Ferreira	Geografia
Julio Bandeira Guerra	Geografia
Lilian de Oliveira Gasperotto	Ciências Sociais
Maurício Alves de Oliveira	Geografia
Renato Kazuhito Tano	Sistema de Informação

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

EQUIPE TÉCNICA (IPPUL)

Clarice Junges – Cientista Social
Angela de Souza Bento - Geógrafa
Elisabeth Aparecida Alves – Geógrafa

ESTAGIÁRIOS

<u>Nome</u>	<u>Curso</u>
Ana Flávia Barreto	Arquitetura e Urbanismo
Alexsandro Eleotério Pereira de Souza	Ciências Sociais
Carlos Henrique Lopes da Silva	Geografia
Denise Osaku	Arquitetura e Urbanismo

Fabíula Baptista -
Henrique Lopes Ferreira
Ivan Cesar Victorini
Jônatas Lima Candido
Leonardo Pereira Formigoni
Marcela de Oliveira.Nunes
Raoni Puntel Urquiza
Simonete Lopes de Souza

Direito
Geografia
Administração de Empresas
Geografia
Geografia
Ciências Sociais
Geografia
Geografia

CAPAS

Carlos Roberto Ruiz

FOTOS

Andre Santi
Luiz Jacobs
Acervo do Ippul
Alunos(as) e professores(as) das Escolas:
✓ Gabriel Carneiro Martins;
✓ Monsenhor José Maria Escrivã;
✓ Maria José Balzanello Aguilera.

AGRADECIMENTOS

A administração municipal, através do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, agradece a todas as pessoas acima relacionadas pelo trabalho realizado, em especial àquelas que se dedicaram intensamente a ele, tendo permanecido à disposição em tempo integral, inclusive à noite e nos finais de semana, para promover reuniões, cursos, audiências, pré-conferências e conferências, e para organizar o material proveniente dessa participação popular;

Agradece, ainda, aos servidores e estagiários que colaboraram prontamente nos momentos em que seu apoio foi solicitado;

E agradece às pessoas da sociedade civil que colaboraram, de forma voluntária, na orientação de dinâmicas teatrais durante os encontros da leitura comunitária:

- ⇒ Andrea Cristina de Souza Pereira;
- ⇒ Aurelio Pereira;
- ⇒ José Aureliano Sabino

Ao fotógrafo André Santi C. Silva (Cf. <http://www.cenasurbanas.com.br/>), pela presteza com que disponibilizou fotos suas para serem usadas no relatório.

Londrina, Abril de 2008.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....05

1 PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA — PDPML (PLANO ADULTO).....10

1.1 METODOLOGIA.....11
 1.1.1 Coordenação e Organização.....11
 1.1.2 Canais de Participação.....11
 1.1.3 Etapas da Leitura Comunitária.....11

1.2 DADOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO....17

1.2.1 Número de Participantes por Evento.....17
 1.2.2 Mapeamento da Participação nas Pré-Conferências e 1ª Conferência.....21
 1.2.3 Comparação entre a Participação Urbana e Rural.....23

1.3 PERFIL DOS PARTICIPANTES.....23

1.4 RESULTADOS: A Londrina que temos e a Londrina que queremos.....28

1.4.1 O que a População Espera do Novo Plano Diretor.....29
 1.4.2 Resultado das Pré-Conferências.....47
 Zona Sul: “Avante”.....50
 Zona Leste: “Melhoria da qualidade de vida através da infra-estrutura”.....54
 Zona Oeste: “Coragem para mudar”.....58
 Zona Norte: “Município forte”.....63
 Zona Central: “Lutar sempre, ganhar às vezes, desistir jamais”.....68
 Zona Rural: “Lutando para sermos lembrados”.....74
 Gestor Público.....80
 Setorial.....85
 1.4.3 Avaliação dos Serviços e Equipamentos Públicos e Particulares de Londrina.....98
 1.4.4 Propostas da 1ª Conferência do Plano Diretor Participativo.....122
 1.4.5 Comparação entre os Resultados das Pré-Conferências e da 1ª Conferência do Plano Diretor Participativo.....133

1.5 Para os que Virão.....136

2 PLANO DIRETOR JOVEM PARTICIPATIVO — PDJP

(Plano Jovem).....137

INTRODUÇÃO.....138

2.1 DADOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO..144

2.1.1 Participação por Evento.....144
 2.1.2 Número de Participantes por Escola na 1ª Conferência do Plano Diretor Jovem Participativo.....144
 2.1.3 Escolas que Participaram do Plano Diretor Jovem Participativo, por Tipo de Participação.....145

2.3 PERFIL DOS PARTICIPANTES.....149

2.4 RESULTADOS: A Londrina que as crianças e jovens vêm, e a Londrina que querem... num “futuro próximo.....155

2.4.1 Relação das Propostas das Escolas por Região.....155
 Sul.....155
 Oeste.....159
 Norte.....163
 Leste.....167
 Centro.....172
 Rural.....175
 2.4.2 Sistematização, Representações Gráficas e Análise da Distribuição das Propostas Pelos Eixos Temáticos e por Região.....177

2.5 Os Tijolos do Futuro.....186

3 COMPARAÇÃO ENTRE OS PLANOS ADULTO E JOVEM (PDPML & PDJP)....187

3.1 Comparação por Eixos Temáticos.....187
 3.2 Distribuição (comparativa) nos sub-eixos.....188

CONSIDERAÇÕES FINAIS (Sugestão)....190

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....191

INTRODUÇÃO

Neste documento se fará o relato do processo de participação popular promovido no Município de Londrina com vistas à revisão do seu Plano Diretor, em conformidade com as determinações da Lei Federal 10.257/2001, o Estatuto da Cidade, e seguindo as orientações do Ministério das Cidades.

O Estatuto da Cidade estabelece o direito às *idades sustentáveis* e à *gestão democrática da cidade*. Ele também determina a *integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência*. Nesse sentido, o Estatuto representa um meio para o estabelecimento de espaços humanizados e integrados ao ecossistema, nos quais se cultive o respeito aos direitos humanos fundamentais, se preserve a natureza, e se respeite a diversidade cultural, a fim de que se possa assegurar às presentes e às futuras gerações condições dignas de vida e de participação na definição dos rumos do seu município.

Assim, “planejar o futuro das cidades brasileiras, incorporando todos os setores sociais, econômicos e políticos que as compõem, de forma a construir um compromisso entre cidadãos e governos na direção de um projeto que inclua todos, é o desafio que o Estatuto da Cidade impõe”. A afirmação é do Ministério das Cidades, criado pelo governo federal em 2003 para auxiliar os municípios brasileiros na missão de assegurar às suas populações os direitos estabelecidos por esta lei, considerada uma das mais avançadas leis de política urbana do mundo, já que proporciona aos municípios instrumentos de planejamento para melhorar a qualidade de vida dos habitantes, entre eles o *Plano Diretor Municipal*. Uma das diretrizes aprovadas na 1ª Conferência Nacional das Cidades, naquele mesmo ano, foi o apoio do Ministério aos municípios para a elaboração dos planos diretores e implementação do Estatuto. Em Londrina o Ministério das Cidades esteve de fato presente, orientando e subsidiando parcialmente o processo de revisão do Plano. Também, com o apoio operacional do IPPUL, foi realizada em Londrina, no ano de 2005, uma das Oficinas de Capacitação do Ministério sobre Plano Diretor Participativo.

O *Plano Diretor Participativo (PDP)* é, portanto, um dos instrumentos fundamentais da efetiva gestão democrática dos municípios brasileiros, uma das principais ferramentas de **planejamento** territorial, como afirma o Ministério no *Guia de Orientação aos Municípios e Cidadãos para a sua elaboração*,

disponível na sua página virtual (<http://www.cidades.gov.br/biblioteca>).

“Fazer planejamento territorial é definir o melhor modo de ocupar o sítio de um município ou região, prever os pontos onde se localizarão atividades, e todos os usos do espaço, presentes e futuros. Pelo planejamento territorial, pode-se converter a cidade em benefício para todos; podem-se democratizar as oportunidades para todos os moradores; podem-se garantir condições satisfatórias para financiar o desenvolvimento municipal; e podem-se democratizar as condições para usar os recursos disponíveis, de forma democrática e sustentável”.

O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual devem incorporar as diretrizes e as prioridades contidas no Plano Diretor Municipal, que se constitui numa lei, aprovada na câmara, e que fixa o conjunto de regras básicas de uso e ocupação do solo. É no Plano Diretor que deverão estar as regras sobre assuntos que influenciam a vida de todo cidadão: sistema viário, saneamento, ocupação do solo, transporte e saneamento urbano, patrimônio histórico, meio ambiente, código de edificações, desenvolvimento tecnológico, proteção social. Sua elaboração, implantação e acompanhamento devem acontecer, obrigatoriamente, com ampla participação popular, ou seja, é imprescindível a participação dos diversos setores da sociedade civil e do governo nesse debate: técnicos da administração municipal e dos órgãos públicos estaduais e federais, cientistas das Universidades, representantes dos movimentos populares, das associações de bairros, dos sindicatos, das ONG's e demais organizações sociais, além de empresários de vários setores da produção.

O planejamento do futuro exige o conhecimento da realidade municipal, a *“leitura da cidade e do território”*, assim descrita pelo Ministério das Cidades no *Guia* citado (2004, p. 20 e 21):

“ ‘Ler a cidade’ é a primeira etapa de elaboração de um Plano Diretor. Nessa etapa, trata-se de identificar e entender a situação do município – a área urbana e a área rural, seus problemas, seus conflitos e suas potencialidades. A leitura da cidade começará por *leituras técnicas* e *leituras comunitárias*, independentes, mas realizadas no mesmo período. Diferente do processo tradicional de construir diagnósticos, a atividade de ‘Ler a cidade’ não é leitura exclusiva de especialistas, e pressupõe olhares diversos sobre uma mesma realidade. [...] A leitura da cidade constitui um processo de identificação e discussão dos principais problemas, conflitos e potencialidades, do ponto de vista dos diversos segmentos sociais. Deve contemplar as possíveis alternativas para a solução dos problemas detectados, procurando focar todo o território do município. [...] A leitura participativa, portanto, é ocasião para que

todos conheçam visões e modos de pensar diferentes dos seus. Desta forma, as leituras técnicas produzidas pelos profissionais da Prefeitura ou por consultores devem ser enriquecidas com as leituras comunitárias, feitas pela população, sob os pontos de vista dos diferentes segmentos socioeconômicos: empresários, profissionais, trabalhadores, movimentos populares, entre outros”.

Londrina seguiu a rigor as orientações do Ministério das Cidades para a realização da leitura comunitária, tendo promovido, *de fato*, a participação popular preconizada pelo Estatuto, ou seja, cumpriu a lei a rigor nesta etapa dos trabalhos de revisão do seu Plano Diretor.

O processo foi aberto oficialmente em 4 de julho de 2005, com a 1ª Audiência Pública do *Plano Diretor Participativo do Município de Londrina* (PDPML) e culminou na 1ª Conferência do PDPML, realizada nos dias 05, 06 e 07 de maio de 2006, para a qual convergiram todas as propostas, a fim de subsidiar o estabelecimento das diretrizes norteadoras do planejamento municipal para a próxima década. Nesse meio tempo foram realizados encontros de sensibilização por todo o Município, cursos de capacitação para a equipe técnica envolvida e para representantes da população das várias regiões, fóruns de discussão e, às vésperas da Conferência, as pré-conferências regionais (Norte, Sul, Leste, Oeste, Centro e Rural) e setoriais (uma com gestores públicos e uma com empresários). Também foi desenvolvido o projeto *Plano Diretor Jovem Participativo*, envolvendo o público escolar, uma iniciativa inédita no país. A descrição dessas diversas atividades, e os dados sobre a participação dos diversos segmentos sociais que delas participaram compõem o capítulo sobre a metodologia.

Os trabalhos foram conduzidos com a convicção de que “para a cidade ter um futuro seguro ela tem que ser levada a sério, planejada e debatida democraticamente, com a participação de toda a população. [...] Planejar uma cidade para os novos tempos é oferecer aos seus habitantes qualidade de vida e desenvolvimento econômico, é debater democraticamente como as pessoas querem a cidade em que vivem, a Londrina que vamos deixar para as novas gerações, a LONDRINA DO FUTURO” (trecho do vídeo institucional de divulgação do PDPML).

O grande *desafio* assumido pelo governo municipal, expresso pelo prefeito Nedson Micheleti por ocasião do lançamento das atividades, foi o de “planejarmos o crescimento de forma consciente e democrática, planejarmos de forma participativa, plantar agora para colher um novo período de esperança e progresso para a

cidade que tanto amamos: a Londrina de hoje, a Londrina do Futuro!”

O planejamento ‘*é a ponte que une o sonho à realidade*’, lembrou o deputado Alex Canziani na abertura da 1ª Audiência Pública do PDPML. Portanto, sugeriu o prefeito Nedson, “*é esse sonho que nós temos que transformar em um projeto de Lei, em passos concretos para trilharmos nos próximos 10 anos. Esse é o trabalho!*”

A ampla participação no debate é necessária para que os conflitos sejam explicitados, ressaltou ainda o prefeito, entendendo o fato como positivo para a construção do consenso em torno de uma cidade que atenda às necessidades de todos(as). Destacou, ainda, o papel estratégico da Câmara de Vereadores para a garantia do sucesso dessa iniciativa:



“Esse é o objetivo desse debate, e por isso nós precisamos de todo mundo participando, todas as entidades, instituições, os técnicos ligados às universidades, ligados à nossa prefeitura, a outros órgãos de pesquisa e de análise, de planejamento urbano... Nos vários segmentos nós precisamos ter um debate muito amplo, pra que todos os conflitos, os interesses, as divergências, as várias disputas que existem — inclusive no campo econômico, de interesse econômico, que existem no decorrer de se construir uma cidade, se trabalhar uma cidade — isso precisa estar explícito, claro! E por isso que a Câmara de Vereadores tem papel estratégico nesse debate. [...] Vossas Excelências vão ter papel chave, estratégico, porque todo esse debate, que vai ser acompanhado pelos vereadores e vereadoras, ao concluir esse debate público, das audiências públicas, virá pra cá em forma de projeto de lei, para ser mais aprofundado ainda, e termos transformado em Lei esse sonho que nós temos...”

Através de sua presidência o Poder Legislativo manifestou-se ciente da sua responsabilidade e expressou também (às crianças e jovens reunidos na 1ª Conferência do Plano Diretor Jovem Participativo) o seu desejo de ver concretizada a meta de “discutir uma cidade que seja saudável para todos, em todos os sentidos, em todos os aspectos, em todos os

segmentos...” Em pronunciamento feito na 1ª Audiência Pública do Plano Diretor, Orlando Bonilha garantiu que a Câmara de Vereadores acompanhará os trabalhos “mas em momento algum nós vamos estar criando óbice em relação a A ou B [...] porque nós sabemos que aqui têm cidadãos e cidadãs que pensam bem na cidade, e que vão fazer o melhor Plano Diretor possível para o bem da nossa cidade, para o crescimento e desenvolvimento da cidade em todos os aspectos”. Ele frisou que a aprovação desse novo Plano poderá solucionar “muitas questões que algumas vezes têm colocado esta Casa em algumas polêmicas”, trazendo clareza às ações do Legislativo. Portanto, continuou Bonilha:

“Não queremos que seja favorecido A, B, C, ou D, mas que seja favorecida a população da cidade de Londrina, e que a Câmara de Vereadores vai ter esse papel fundamental. [...] Tudo bem, nós respeitamos os técnicos, as pessoas capacitadas que aqui estão, que vão estar elaborando um Plano Diretor que amanhã ou depois não pode ter nenhuma alteração, mas que seja um Plano Diretor que realmente a cidade de Londrina possa aplaudir de pé. Porque eu confio, eu acredito no trabalho de cada um que aqui se encontra, e tenho certeza que Londrina vai ter um Plano Diretor à altura [...] Porque nós precisamos de um Plano Diretor que seja um modelo pro nosso país, conforme manda o Estatuto da Cidade...”



Não houve, enfim, quem não compartilhasse desse ideal. Pronunciaram-se

a favor dele as principais autoridades políticas da cidade, os deputados estaduais e federais, e a população de todas as regiões do distrito sede e dos distritos rurais: representantes das escolas e universidades, das organizações governamentais e não-governamentais, das associações profissionais, de moradores, de empresários e de trabalhadores, através dos diversos canais de participação estabelecidos para assegurar aos londrinenses o efetivo direito à cidade e à sua gestão democrática. A população atendeu à convocação do poder público para participar dos trabalhos: expressou seus medos e desejos,

apontou os problemas e apresentou soluções. Os mais excluídos do conjunto das riquezas sociais esperam saborear ainda os frutos dessa construção coletiva; há um sentimento de urgência pela melhoria da qualidade de vida, e uma esperança de que ela possa ser atingida através da união de forças entre o governo municipal e os munícipes: “... a gente faz a nossa parte, mas a gente precisa da prefeitura! Precisa autoridade pra tá na frente. Não adianta a gente querer fazer sozinho!” O pronunciamento, de uma moradora da zona rural, ilustra a enorme importância que a população atribui à administração pública, expressa a ânsia pela presença efetiva das políticas públicas nos diversos cantos da cidade. Esta expectativa, renovada pelo convite à participação, convive lado a lado com a frustração pelas muitas expectativas não atingidas, pelo acesso ainda não garantido aos direitos já legalmente conquistados: habitação, saúde, emprego e renda, segurança, lazer, etc. A questão foi apontada não só pela população adulta, mas mereceu destaque entre as preocupações das crianças e jovens da rede escolar do município, como mostra este fragmento da fala de um dos delegados presentes à 1ª Conferência do *Plano Diretor Jovem Participativo*, um dos canais estabelecidos para a participação popular:

“Eu acho que é interessante comentar sobre essa questão da frustração, né? Porque você vir aqui, comentar, discutir e só ficar na lábria, ou seja, algo



de gabinete, tá escrito, tá documentado... mas tem a força de vontade política de realizar. Então eu estava comentando com os demais na escola, numa pré-conferência, que esse é o meu maior temor né? Ou seja, você vim aqui, você discutir, mas se for algo só de burocracia né? Vem porque está o regimento dessa cidade permite isso, isso e isso. Mas só fica no lado burocrático né? Acho que seria o medo de todo mundo era isso né? Esse lado de frustrar...” (estudante do Colégio Dario Veloze).

Os trabalhos do *Plano Jovem* não obedeceram o mesmo caráter formal do *Plano Adulto* no que se refere à exigência de ampla divulgação e convocação (oficial) para os debates, uma vez que foram direcionados a um segmento específico — o público escolar —, tendo a mobilização sido feita no âmbito das escolas. Ele foi, contudo, um projeto muito bem aceito pelo seu público-alvo. Na prática ele foi legitimado, tendo merecido os elogios e a

gratidão do setor da educação, e o reconhecimento das autoridades públicas municipais. Em resumo, a juventude envolvida nessa iniciativa correspondeu, feliz, às suas propostas, e recebeu a promessa de que suas sugestões serão incorporadas ao novo Plano Diretor Participativo do Município de Londrina.

Mesmo com as esperanças abaladas, a população que veio para o debate deixou explícito, junto com suas propostas para melhorar a cidade, seu desejo de voltar a acreditar plenamente no governo e nas leis, desejo que, especialmente na zona rural, veio colado a um forte apelo pela preservação das raízes, do lugar, da *identidade*, como mostra o diálogo registrado em um dos encontros com essa população:

___ Gente, nós não quer perder a nossa raiz, o nosso lugar, o nosso jeito... A gente não quer perder a raiz. A gente é feliz do nosso jeito. Agora não, a Prefeitura só sabe doar terreno pros condomínios!

___ Mas agora não vai mais poder... Antes era muita politicagem, era aqui que decidia. Agora não, agora é Lei Federal!

___ Eu quero acreditar nisso. Eu quero acreditar mesmo!

A participação do povo do meio rural foi expressivamente maior do que a da população urbana, como pode ser verificado em “dados sobre a participação”, no final do capítulo sobre a metodologia. Antecipando um breve balanço sobre a participação popular, foi possível observar que se realizou aqui um princípio defendido, já no início dos anos 90, pelos integrantes do “*Fórum sobre Participação Popular nas Administrações Populares*”, organizado pelo INAPP – Instituto Nacional de Administração e Políticas Públicas — e pelo Instituto Cajamar: o princípio de que as ações destinadas a promover a participação popular devem estar orientadas “pelo objetivo geral de fortalecer a consciência de cidadania e reforçar o processo de organização da população em torno da construção da sua *identidade como sujeito social e político da cidade*”.

A análise do processo de leitura comunitária realizado em Londrina entre 2005 e 2006 indica que ele foi, para os sujeitos sociais que dele participaram, um importante espaço de expressão dos seus anseios por uma cidadania efetiva, por um futuro (e um presente) melhores, ou seja, um instrumento de luta pela garantia de seus direitos e pela preservação da sua identidade, que implica no direito de *preservar as raízes, permanecer no lugar, viver (e ser feliz) do seu jeito...*

De modo geral, o processo revelou um misto de esperança e desconfiança na efetiva realização da “cidade sustentável” que o Estatuto

preconiza, já que, como veremos ao longo deste relato, boa parte dos problemas apontados relaciona-se ao não cumprimento das leis já existentes. Contudo, incentivada a falar dos problemas que a envolvem no dia a dia, e a propor-lhes soluções, prevaleceu ainda a confiança da população, agora depositada nas mãos dos agentes governamentais, a fim de que se torne — mais que lei, ou que sonho — *realidade*. E num futuro próximo!



Dos jovens reunidos na 1ª Conferência do Plano Diretor Jovem Participativo, vieram muitos apelos nesse sentido...

“Para que todos tenham seu direito preservado, nós viemos pedir para que o futuro nosso seja realmente melhor, mas para isso precisamos que estejam olhando com bons olhos, ouvindo como estão ouvindo hoje, mas atendendo com o coração realmente voltado à população” (aluno do CEEBEJA - UEL).

“Vocês do Ippul, não sei, tem uma extrema responsabilidade sobre isso, porque está vindo gente, está discutindo, é uma geração nova que ta aqui entendeu? Se você e a prefeitura não realizar vai ser algo muito frustrante não pra mim, mas sim pras crianças e adolescente e a juventude que está aqui” (aluno do Colégio Dario Velozo).

Além de descrever a metodologia de trabalho adotada, e de traçar um perfil da população que participou do processo de leitura comunitária para revisão do Plano Diretor de Londrina, este documento registra os *resultados* de todo esse debate coletivo: as expectativas em relação ao Plano, os tipos de interesses nos debates, as propostas formuladas nas pré-conferências e nas conferências, que foram dirigidas, respectivamente, para o conjunto da população municipal (Plano Diretor Participativo do Município de Londrina), e para o público escolar (Plano Diretor Jovem Participativo).

O relatório compõe-se de dois capítulos: O primeiro refere-se ao PDPML (Plano Adulto), o segundo ao PDJP (Plano Jovem) e o terceiro a comparação entre os dois. Ele é, portanto, uma espécie de dossiê dos problemas e das esperanças da população de Londrina, um registro das deficiências e das potencialidades do Município pela ótica dos seus habitantes, um retrato bidimensional da Londrina que temos e da Londrina que queremos.

As propostas resultantes das conferências são as que deverão servir de base à elaboração da lei do Plano Diretor Participativo, ou seja, nortear — lado a lado com aquelas

formuladas pela leitura técnica — o planejamento global (socioeconômico e territorial) do Município de Londrina para a próxima década, uma vez que todo o debate popular produzido ao longo das diversas etapas da leitura comunitária desembocou nesses encontros, de tal modo que as propostas aí formuladas representam o acúmulo de todo o debate anterior, e são fruto do consenso construído pelos atores sociais aí presentes, os quais representaram suas respectivas organizações sociais, exceto nos casos de participação individual, também aceita, porém minoritária. Como resumiu a Sra. Rosemary Friedman (Instituto Fazer), durante a 1ª Audiência Pública do Plano diretor, “o documento final é o documento que sai da conferência, o resto é o que dá sustentação para a conferência acontecer”. Por seu caráter abrangente, porém, as propostas perdem, na fase final, boa parte das suas especificidades, isto é, as informações pormenorizadas sobre os problemas e as necessidades específicas de cada região/setor. Assim, entendendo que tais informações terão importância fundamental para subsidiar os planos de ação na fase de implantação do novo Plano Diretor, registramos também as propostas elaboradas nas pré-conferências, que foram regionais e setoriais, e realizamos a comparação entre as várias regiões (norte, sul, leste, oeste, centro e rural) e setores (gestores públicos e empresários). Essas informações foram complementadas por dados extraídos de um questionário respondido pelos(as) participantes das pré-conferências. No caso do Plano Jovem, foram elencadas as propostas relatadas pelos delegados na conferência, e também aquelas encaminhadas por escrito ao IPPUL, ainda que não relatadas naquele encontro.

Procuramos, enfim, fazer um registro fiel daquilo que foi produzido pelos vários segmentos populacionais envolvidos na leitura comunitária voltada à formulação do PDPML. Os dados foram trabalhados com bastante cuidado, e seu potencial informativo explorado até o limite das possibilidades. Procurou-se preservar ao máximo a riqueza das informações disponíveis, registrando desde as expectativas iniciais dos participantes até as propostas finais, aprovadas nas respectivas conferências. Todo o debate foi orientado por seis grandes eixos temáticos, os quais também guiaram o relato e a análise dos resultados. São eles:

- 1) Sustentabilidade para o desenvolvimento urbano, rural e regional;
- 2) Gestão democrática da cidade;
- 3) Códigos de obras e de posturas;

- 4) Infra-estrutura de saneamento, energia, comunicação, sistema viário, transporte e mobilidade;
- 5) Legislação urbanística e ambiental;
- 6) Equipamentos sociais: públicos, comunitários e habitação de interesse social

É preciso ter em mente, porém, que a realidade é sempre maior, mais rica e mais complexa do que a nossa capacidade de descrevê-la. Qualquer sistematização que dela se possa fazer, por mais criteriosa que seja, será sempre parcial, razão pela qual o presente relato é o resultado daquilo que foi *possível* reunir e sistematizar de toda a produção popular feita em cada uma das etapas desse processo. Além disso, não se pode eliminar de um trabalho como este toda sua subjetividade, ou seja, a análise da informação carrega consigo um caráter de interpretação, que pode variar segundo a ótica de quem a interpreta. Assim, embora tenhamos tomado todos os cuidados para reproduzir fielmente o debate e o subsequente diagnóstico da realidade formulado ao longo das várias etapas da leitura participativa da realidade municipal, temos a consciência de que este é um processo democrático e contínuo, permanentemente aberto a revisões, ainda mais levando em conta que houve troca de coordenação e mudanças na equipe no decorrer do processo, descontinuidade que gerou dificuldades adicionais no registro e na análise dos resultados. Vencidas as principais barreiras, e explicitados os principais limites, passemos ao relato, inspirado pelos sonhos do povo, e dos poetas, e pela convicção de que este trabalho é um tijolo importante da *ponte que une o sonho à realidade...*

“[...] Então esses são alguns dos problemas que a gente tá expressando pra vocês. Agora, eu queria pedir pra todos, assim, principalmente aqueles que ouvem as nossas propostas: Nós passamos elas pra vocês. Agora vai de vocês ouvirem essas propostas e fazerem menção da palavra, da pequena frase que o Camilo Castelo Branco deixou escrito pra nós: ele disse assim que ‘a honestidade é a alma da vida civil’. Se nós usufruirmos dessa honestidade, com certeza Londrina vai ser, daqui pra frente, não a Londrina do Futuro, mas a Londrina que nós esperamos. Muito obrigada pela atenção, até a próxima!” (Greice Kelly C. Rodrigues, aluna do Colégio Estadual Cléa Godoy F. Da Silva).

